

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º. 5/2010

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZ. -----

Aos vinte e seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Ricardo Manuel Ramalhete Honório, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 16 de Novembro de 2010, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Expediente, Informações e aprovação da Acta; -----

-----Ponto Dois – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º. 53º., da Lei n.º. 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Três – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

-----Ponto Quatro – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados – artigo 112, nº8 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

-----Ponto Cinco – Derrama para o ano de 2011; -----

----Ponto Seis – Pedido de autorização para fixação da Participação no IRS para o ano de 2011; -----

-----Ponto Sete – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2011 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal;

-----Ponto Oito – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Ricardo Manuel Ramalhete Honório; -----

-----Adriano da Fonseca Figueiredo; -----

-----Inocência Rodrigues Cruz; -----

-----António Maria Constantino; -----

-----Manuel João da Rosa Pedro da Silva; -----

-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----

-----Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----

-----Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

-----António da Silva Pereira; -----

-----Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----

-----João Filipe Ricardo; -----

-----Maria José Brito Alves Martinho. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins e Fernando Santos Freire. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

----- De seguida tomou posse o Deputado Municipal Aníbal Júlio Rodrigues substituindo a Senhora Deputada Municipal Ana Rita Lopes Inácio que

solicitou substituição à sessão da Assembleia, tendo sido convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS. -----

Dado a ausência do 1º Secretário, a Senhora Deputada Ana Rita Inácio que solicitou substituição, o Senhor Presidente da Assembleia convidou o Senhor 2º Secretário, João Manuel Alves Gralha para 1º Secretário e o Senhor Ricardo Manuel Ramalhete Honório para 2º secretário; -----

-----//---
De seguida o Senhor Presidente da Assembleia propos à votação da Assembleia a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos, Organização dos Serviços do Município de Vila Nova da Barquinha, do qual foi aprovado por unanimidade, passando assim a ser o Ponto nº9 da Ordem de Trabalhos; -----

-----//---
----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

= A Senhora Deputada **Maria José Martinho** leu um texto sobre a greve geral do dia 24 de Novembro; **(vide anexo 1)** -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** constatou o atraso da entrega da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e colocou as seguintes questões: -----

- Para quando a reparação da Estrada do Vale Seixo; -----

- Qual o ponto de situação da Ponte de Constância – Praia do Ribatejo; -----

- Para quando são retomadas as obras da Estrada Nacional 3, uma vez que vai haver novo concurso; -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** questionou se com a abertura do Centro Escolar as crianças pagarão unicamente o custo da refeição ou continuarão a pagar o valor correspondente ao apoio das auxiliares que os acompanham; -----

- Em relação às actividades extra curriculares se continuará a Câmara a fazer os contratos ou passará a ser feito pelo Agrupamento de Escolas; -----

- Solicitou esclarecimento se a Câmara irá comprar algum autocarro ou irá adjudicar a alguma empresa para os transportes escolares; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** interviu para debater os seguintes assuntos: -----

- Qual a razão dos outdoors situados na Rotunda junto à Estação, terem servido para propaganda do PS, nas últimas eleições, do qual a identificação ainda se encontra os pilares e actualmente estão a servir para publicidade das iniciativas da Câmara Municipal; -----

- Quais as medidas a implementar no futuro relativamente à situação social do concelho e para quando a Loja Social; -----

- Por último se o Centro Escolar e a Escola D. Maria II estarão concluídas no verão para que o início do Ano Lectivo, seja já nos novos estabelecimentos; ----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** desejou a todos os presentes boas Festas e interviu sobre os seguintes assuntos: -----

- Se a captação de águas para as piscinas municipais é feita pels furos existentes junto às mesmas; -----

- Qual o ponto de situação do sistema de drenagem e estação elevatória para as Madeiras, da Etar do Seival, da Estação Elevatória da Praia do Ribatejo, da Estação Elevatória de Vila Nova da Barquinha e da Adutora de ligação à Atalaia; -----

- Para quando a retirada dos pavilhões existentes no parque, que já se fala a 2 anos, uma vez que este não dignifica o mesmo; -----

- Se a Câmara pretende efectuar o pagamento das quotas correspondente ao Canil/ Gatil de Torres Novas, pois segundo uma entrevista do Senhor Presidente da Câmara de Torres Novas a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha tem dívida, se não pretender pagar o Canil / Gatil passa a ser Municipal; -----

- Qual o ponto de situação da venda de lotes junto ao futuro Centro Escolar; --

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** questionou qual o ponto da situação da EN3; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** mencionou o número nº3, do artigo 43º, do regimento, do qual não foi cumprido o estipulado; -----

De seguida apresentou uma declaração política sobre o Orçamento de Estado para 2011; **(vide anexo 2)** -----

Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- **Ponte de Constância – Praia do Ribatejo**, estava previsto ter sido aprovado o protocolo entre os Municípios, Ministério das Obras Públicas, Refer e Estradas de Portugal o qual não aconteceu pelo facto de se ter detectado que as Estradas de Portugal, que iriam ser os donos da obra, não terem elegibilidade e sendo assim passavam os Municípios a ser os intervenientes. A empreitada será lançada pelo Município de Constância, uma vez que está mais próxima da ponte e pelo facto de não haver vantagens dos dois Municípios serem intervenientes. O referido protocolo será celebrado durante o mês de Dezembro; -----
- **EN3**, irá ser cessado o contrato com a empresa, pelo facto do incumprimento de prazos, no início do ano irão ser retomados os trabalhos; -----
- **Refeições no Centro Escolar**, a Câmara juntamente com o Agrupamento está a analisar a forma de organização do Centro para que se consiga gerir em simultâneo o funcionamento das duas escolas, para ficar a funcionar uma única cozinha. Actualmente são várias as associações de pais a colaborarem nesta componente, mas após a abertura do Centro Escolar será o Município juntamente com o Agrupamento de Escolas a gerir o funcionamento das refeições; -----
- **Actividades Extra Curriculares**, o Agrupamento colabora mas a Câmara é que tem actualmente contratos com as empresas, para o Inglês, Ginástica e um protocolo com a Associação dos Bombeiros para a vertente da música; -----
- **Transportes Escolares**, é uma situação que a Câmara Municipal está a analisar e da qual poderá vir a organizar para que possa dar apoio aos Municípes fora do período escolar, para assim melhor servir a população do concelho; -----
- **Outdoors**, o segundo outdoor foi colocado pela Câmara Municipal, pois considerou uma boa forma de divulgação e que fica mais barato do que algumas páginas de jornais regionais. Quanto ao outdoor já existente no local, com a identificação de um partido, foi uma estrutura utilizada aquando as eleições e do qual nunca foi retirada pela empresa e que a Câmara por uso capião adquiriu o mesmo; -----
- **Situação Social**, o desemprego no concelho neste ano não se diferenciou em relação a anos anteriores. A nível social a Câmara tem colaborado com as IPSS do concelho; -----

- **Captação da água das Piscinas**, funciona e é utilizada essencialmente quando há grandes utilizações de água, não só para as piscinas como para o sistema de rega; -----

- **Etar's**, é um assunto que está com as Águas do Centro, quer em termos de projecto quer a nível de concursos. A Etar do Seival por questões jurídicas, a concepção está mais complicada. A ligação até a Atalaia é um processo que está em fase de concurso, bem como a Estação Elevatória de Vila Nova da Barquinha; -----

- **Pavilhões no Parque Ribeirinho**, é uma situação que não é do seu agrado, mas que será resolvida no âmbito da candidatura do Mercado das Artes. O edifício do Centro Cultural irá para obras, assim como a casa em ruínas junto ao edifício do Centro Cultural; -----

- **Canil / Gatil de Torres Novas**, confirma a dívida para com a Câmara de Torres Novas pois tem algum significado, mas também há uma insatisfação pois o valor a pagar pelo Município, por mês é uma isurbitância. A Câmara considera que deva haver uma mudança na gestão ou então deixará de fazer parte; - **Lotes / Hasta Pública**, não houve venda de lotes, pois não houve interessados. Ficou deliberado em reunião de Câmara proceder a sua venda por ajuste directo desde que se atinja os valores definidos da sua venda; -----

Dado novamente a palavra aos Senhores Deputados questionaram o Senhor Presidente da Câmara do seguinte: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** solicitou esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: -----

- Estrada do Vale Seixo para quando o seu arranjo, uma vez que o dinheiro do empréstimo já deve ter sido gasto; -----

- Se as obras na Ponte de Constância – Praia do Ribatejo são comparticipadas em 15% pelas Autarquias de Vila Nova da Barquinha e Constância e os outros 15% pela Refer e Estradas de Portugal; -----

= O Senhor Deputado **Manuel João Silva** solicitou que a ponte fosse tratada pelo seu nome, Ponte de Constância – Praia do Ribatejo e não só Constância; -

Dada novamente a palavra ao Senhor presidente da Câmara esclareceu os Senhores deputados do seguinte: -----

- **Estrada do Vale Seixo**, não foi gasta a totalidade da verba que a Assembleia autorizou em sessão no âmbito das estradas e arruamentos do concelho. O

que aconteceu é que a verba autorizada pela Assembleia não veio a ser excepcionada para efeitos de endividamento. A Câmara está a equacionar que esta obra seja com o apoio de fundos comunitários; -----

- **Ponte de Constância – Praia do Ribatejo**, a Câmara não vai deixar de se empenhar pelo facto de a Câmara de Constância ser a promotora da obra, mas de facto há importâncias distintas para as duas Câmaras Municipais. Actualmente é o concelho de Constância que está a ser mais penalizada; -----

----- **EXPEDIENTE** -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 3) -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório**, Coordenador substituto da Comissão Permanente para as áreas de Urbanismo, Ambiente, trânsito, comunicações, Economia, Administração e Finanças leu um parecer da Comissão sobre a Moção apresentada pelo Senhor deputado Manuel João Silva sobre a Ponte de Constância – Praia do Ribatejo. **(vide anexo 4)** e um parecer sobre a apreciação dos estudos de caracterização do PDM (Plano Director Municipal) do Município de Vila Nova da Barquinha. **(vide anexo 5) -----**

-O Senhor **Presidente da Assembleia** informou o Senhor Deputado Ricardo Honório que terá de contactar a Câmara Municipal para solicitar os referidos esclarecimentos sobre o PDM; -----

De igual modo, informou que a Moção foi arquivada por já não fazer sentido a sua redação, na medida em que o problema já está solucionado; -----

----- **ACTAS** -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a acta número 4, da reunião de 24 de Setembro de 2010, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

-----**Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida a votação o projecto da acta nº 4/2010 da reunião realizada a 24 de Setembro de 2010, sobre o qual não foram propostas rectificações. Posta à aprovação foi aprovado por maioria, com 1 abstenção do Senhor Deputado Aníbal Júlio Rodrigues;** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da

Assembleia Municipal: -----

--- Ponto Dois – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 6)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os esclarecimentos: -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** questionou se para o projecto Mercado das Artes existe algum estudo de viabilidade económico, que parece ser bom, mas que pode vir a tornar-se um “peso morto” para o Concelho e para a Autarquia. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** solicitou esclarecimentos acerca de quantas são as empresas que tem contrato com a Câmara Municipal, no que se refere às actividades extracurriculares, Atl's, Escola Municipal de Futebol; -

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** na sua intervenção questionou o seguinte: -----

- Se a Estrada Municipal 535 é a Estrada de Vale Seixo, como é que pode estar na informação escrita Estrada Municipal 536 com ligação à EN3; -----

- Em relação ao processo judicial com o Senhor José Jacinto, quanto é que a Câmara pagou pelo terreno onde está o Centro Náutico; -----

- Qual o resultado do julgamento realizado a 17 de Novembro em que a Câmara é autora, contra a Inspeção Geral do Ambiente; -----

- Mencionou o facto de no orçamento, a execução estar em 39%; -----

- Se foi o Ministério da Educação que não cumpriu, pois no balancete a receita nos acordos de cooperação escolar estava previsto 295 mil euros e só se realizou 126 mil euros, assim, como da CPCJ que estavam previstos 20 mil a Câmara só recebeu 9.500 euros, da delegação de competências de 1 milhão e cem mil entrou na tesouraria da Câmara 667 mil euros. De igual modo, referiu que do protocolo com o exército que era de 50 mil euros a Câmara não recebeu nada e que a dinamização do Parque Ribeirinho já vai em 155 mil

euros; -----

- Quais as zonas de lazer a que se deve 125.661 mil euros de conservação; ----
Por último questionou, a que se refere o valor da despesa na Assembleia
Municipal. Obteve como resposta do Senhor Presidente da Assembleia, que a
mesma paga a despesa com o Revisor Oficial de Contas; -----

**Dada a palavra o Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores
deputados do seguinte:** -----

- **Mercado das Artes**, é uma candidatura que teve sucesso e que foi resultado
de um trabalho com muito pormenor, do qual a questão da sustentabilidade
foi essencial. O facto de ter esculturas no Parque de grandes nomes, é um
potencial para o concelho, que fazendo uma ligação forte com o Castelo de
Almourol pode levar a que as visitas ao mesmo possam fazer parte as
esculturas ao Ar Livre, Video vigilância, a Galeria , Posto de Turismo e Museu,
entre outros; -----

- **Inspecção ao Município**, trata-se de uma Inspecção que já foi feita em 2009
e que chegou ao Município o relatório final, não tendo nada relevante para o
Município; -----

- **Empresas na área da animação**, a empresa que ganhou após concurso o
Inglês na escolas é a empresa que já faz a actividade física nas escolas,
empresa Hobbyvida; -----

- **Estrada Municipal 535, Vale Seixo**, a Câmara está a prôpor uma
candidatura que se designa Requalificação e Beneficiação da Estrada 535 e a
ligação complementar a Ex EN3; -----

- **Processo de expropriação do Senhor José Jacinto**, o valor liquidado pela
Câmara foi cerca de 50 mil euros; -----

- **Julgamento do processo contra a Inspecção Geral do Ambiente**, o
julgamento de 17 de Novembro foi adiado para Janeiro de 2011; -----

- **Balancete da receita**, há valores em dívida. Em relação ao acordo de
colaboração de apoio à família até ao final do ano a Câmara receberá
comparticipação. O Protocolo com o exército há a promessa que seja pago o
que corresponde aos resíduos sólidos urbanos, cerca de 40 mil euros; -----

- **Zonas de lazer**, são todos os espaços verdes pertencentes ao Município, quer
nas urbanizações, quer no parque ribeirinho e outros locais no concelho; -----

-----//---

o Senhor Presidente da Assembleia propôs aos Senhores Deputados um intervalo, o que fez pelo período de 5 minutos. -----

-----/-----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que os pontos 3, 4, 5 e 6 fossem discutidos em simultâneo, mas com votações distintas. Foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Três – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). -----

Ponto quatro – Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados – artigo 112, nº8 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

Ponto cinco – Derrama para o ano de 2011; -----

Ponto seis – Pedido de autorização para fixação da Participação no IRS para o ano de 2011; -----

= Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara para apresentar aos Senhores Deputados estes pontos: -----**

- **Fixação das Taxas, apesar da dependência do orçamento de Estado, dos cortes, das receitas não fiscais estarem a diminuir e de outras Câmaras terem aprovados as taxas máximas a Câmara Municipal decidiu manter as mesmas percentagens de taxas, ou seja, 0,7% para os prédios que não estão avaliados de acordo com o IMI e 0,35% para os prédios avaliados de acordo com o IMI; --**

-Majoração das Taxas**, a taxa de Imposto Municipal de Imóveis manteve-se a dos anos anteriores e da qual não tem qualquer significado em termos de receita para o Município mas é uma forma de os proprietários tratarem dos imóveis degradados; -----**

- **Derrama, a proposta do Município, relativamente à situação económica é a não aplicação para o ano 2011; -----**

- **IRS, da parte disponível a Câmara abdica em favor dos Municípios em cerca de 10%; -----**

- **Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os esclarecimentos: -----**

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu o seguinte; -----

- Em relação à Derrama no ano 2009 este mesmo ponto foi retirado da ordem de trabalhos pelo facto de a Câmara Municipal nada propôr; -----

- Quanto ao IMI, referiu que continua a subir, como se denota ao longo dos anos, ao contrário do que se diz. No corrente ano a receita comparada com o ano passado subiu mais de 9%. Nos últimos 8 anos o IMI subiu 100% -----

- Na Majoração, felicitou pelo facto de este ano já estarem mencionados os prédios degradados das restantes freguesias e informou que há troca de matrizes, os terrenos não estão conforme os proprietários. No seu entender a aplicação da Majoração, justifica-se se os proprietários com as casas degradadas fossem convocados para se saber qual a razão do seu mau estado. Por último mencionou uma deliberação de uma Câmara acerca da Majoração e da redução de taxa aos proprietários que executaram obras, o que a Câmara deveria fazer; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** na sua intervenção mencionou que nada tem a opor em relação ao ponto nº4 e que terá de se verificar a anotação do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira em relação à troca de matrizes. Em relação à taxa de 30%, concorda e sugeriu que todos aqueles que não consigam restaurar os prédios degradados que os coloquem à venda; -----

- Quanto ao IRS salientou que a taxa poderia ir até aos 5%; -----

- Em relação ao IMI, tem algumas objecções pois as condições deste ano não se compara com a do ano passado, deveria haver alguma sensibilidade social. Não havia necessidade do aumento para 0,35%, poderia ficar-se 0,25%,0,30%; Quanto à derrama mencionou que neste momento não há grande significado para o nosso concelho, pois são poucas as empresas; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** demonstrou a sua estranheza na filosofia das propostas apresentadas, IMI, Majoração e IRS, pois quem tem uma empresa não é penalizado, ao contrário do contribuinte que vai suportar uma despesa elevada numa altura de crise. -----

- Em relação à Derrama, existem algumas empresas do qual tem lucro e que neste momento não estão a contribuir com nada; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** questionou qual a evolução das receitas correntes e quais os motivos do aumento do IMI; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** referiu que quando se fala do IMI a

maior parte dos concelhos optam por arrecadar receita mas esquecem-se que se promoverem alguma publicidade com taxas de IMI baixas podem trazer pessoas para o concelho, pois comprar uma casa em Vila Nova da Barquinha ou no Entroncamento pode fazer toda a diferença; -----

Dada a palavra o Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores deputados do seguinte: -----

Relativamente ao IMI informou que a taxa não aumenta, é a mesma, há sim um aumento do alargamento da base de aplicação, ou seja, cada vez há mais casas sobre o qual está a incidir a taxa. Muitas das casas das urbanizações construídas entre 1998, 1999, 2000 e 2001 agora estão a começar a pagar IMI. -----

A Câmara Municipal não pode abdicar das suas receitas quando utiliza fundos comunitários. Referiu que no conjunto dos impostos, a Câmara Municipal apenas tem a taxa máxima para os que não estão avaliados de acordo com o Código, que tem valores tributários baixos. Há uma atenção para quem cria emprego, quem investe numa altura difícil para o país com a não aplicação da Derrama. Quanto ao IRS a Câmara abdica de 10% do valor correspondente da Câmara. A Câmara recebe menos em 2010 do que à sete anos atrás em termos do conjunto dos impostos; -----

Não havendo inscrições por parte dos Senhores Deputados o Senhor Presidente da Assembleia passou à votação: -----

----- Tendo sido colocada à votação a aprovação da Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis em 0,7% e 0,35%, este foi aprovado por maioria com 7 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, António Pereira e Valter Caldeira do PSD, João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU e Inocêncio Cruz do PS e 12 votos a favor Senhores Deputados Rui Picciochi, Aníbal Júlio Rodrigues, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel Esteves, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//-----

----- Tendo sido colocada à votação a aprovação a Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis em 30%, este foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, António Pereira e Valter Caldeira do PSD, João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU e 13 votos a favor Senhores Deputados Rui Picciochi, Aníbal Júlio Rodrigues, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel Esteves, Inocêncio Rodrigues Cruz, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//-----

----Derrama para o ano de 2011. Este ponto não foi discutido e submetido à aprovação pelo facto de a Câmara Municipal não aplicar qualquer taxa. -----

-----//-----

----- Tendo sido colocada à votação a aprovação a fixação da participação no IRS para o ano de 2011 em 4,5%, este foi aprovado por maioria com 2 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU e 17 votos a favor Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Paulo Tavares, António Pereira e Valter Caldeira do PSD e Rui Picciochi, Aníbal Júlio Rodrigues, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel Esteves, Inocêncio Rodrigues Cruz, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----//-----

Neste momento passou a ser discutido o ponto nove passando o ponto sete para o final da sessão; -----

Ponto Nove – Organização dos Serviços do Município de Vila Nova da Barquinha, conforme disposto no Decreto-lei nº305/2009, de 23 de Outubro. -----

- **Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os esclarecimentos:** -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** na sua intervenção referiu que votou favoravelmente a admissão do ponto mas não poderia deixar de mencionar que o Decreto-Lei tem mais de um ano, tempo suficiente para a Câmara tratar do assunto, mas na véspera da sessão da Assembleia é que aparece para ser apreciado e votado. É um assunto importante para que fosse tratado como foi, pois a reorganização dos serviços não se fazem de um momento para o outro, daí o seu voto ser contra pois no seu entender não houve reorganização. O que se pretendia com o Decreto-Lei era uma revisão da melhoria das condições do exercício das funções e que radicam na diminuição das estruturas e níveis decisórios, o que não aconteceu na Câmara Municipal, ao contrário de outras que aproveitaram o Decreto-Lei para reduzirem alguns serviços; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu o facto dos documentos serem entregues fora dos prazos estipulados, quando houve tempo suficiente para o trabalho ser feito; -----

- Solicitou que a documentação para as sessões fosse entregue em formato de papel como o solicitou no início de mandato e não em suporte digital como recebeu para esta sessão; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** salientou que não houve reorganização dos serviços e que vista de fora a estrutura da Câmara está muito pesada, pois existem muitos funcionários nos serviços internos da Câmara e poucas pessoas no serviço de rua; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** de igual modo solicitou que os seus documentos para as sessões da Câmara fossem entregues em papel como o desejou; -----

- Questionou se foi feita alguma reestruturação dos serviços nos últimos 3 meses para cá e se está previsto reduzirem algumas estruturas na organização da Câmara; -----

= O Senhor Deputado **Inocência Cruz** referiu que no orçamento está previsto a organização dos serviços e que a Câmara tem capacidade para saber se necessitam de mais ou menos funcionários e que não é só a função pública que “engorda” as contas do estado, pois existem muitas empresas privadas que

tem excessos de funcionários; -----

Neste momento foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu os senhores Deputados do seguinte: -----

Informou que foi recepcionado no dia 22 de Dezembro, na Câmara um ofício em que uma das consequências se o trabalho não estivesse concluído seria as unidades orgânicas cessarem. Não era essa a interpretação que a Câmara tinha, pois julgava-se que elas cessariam quando o prazo de cada uma em três anos cessasse. O que levou a informação ter ido a reunião de Câmara no dia 24 de Novembro foi que a interpretação da DGAL, pois as comissões de serviço não cessariam no final do prazo mas sim no dia 01 de Janeiro, o que se torna contraditório com o orçamento de estado em que as reorganizações dos serviços ficariam suspensas durante o ano 2011; -----

----- Tendo sido colocada à votação a aprovação a Organização dos Serviços do Município de Vila Nova da Barquinha, este foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Edurado de Oliveira e António Pereira do PSD, 5 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU, Paulo Tavares e valter Caldeira do PSD e Inocêncio Cruz do PS e 12 votos a favor Senhores Deputados Rui Picciochi, Aníbal Júlio Rodrigues, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel Esteves, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----/-----

Declaração de Voto do Senhor Deputado Inocêncio Cruz sobre a sua abstenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

***“Em relação à proposta e com base no parecer técnico parece que há uma situação contraditória pois com a aprovação do Orçamento ficam suspensas todas as reorganizações até 31 de Dezembro de 2011”.*-----**

-----/-----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração do Senhores Deputados o prolongamento da sessão da

Assembleia até ao seu término. Foi aprovado por maioria com um voto contra do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira; -----

-----/-----

Ponto oito – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que como a votação não é por pessoas é por cargo não necessita de ser por votação secreta. Foi proposto o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo; -----

----- **Tendo sido colocada à votação a Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo por unanimidade.** -----

-----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

O Senhor Deputado **Paulo Tavares** questionou se a escolha do Presidente da Junta foi do Senhor Presidente da Assembleia ou foi uma escolha entre os Presidente de Junta, tendo obtido como resposta do Senhor Presidente da Assembleia que foi uma escolha dos Presidentes de Junta; -----

Ponto sete – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2011 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal mencionou o tempo de intervenção, conforme o regimento, que cada Deputado Municipal tem; --

= Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

Mencionou que o Orçamento em aprovação foi elaborado num contexto complicado, onde há uma diminuição das receitas provenientes do orçamento de estado. Neste orçamento há duas linhas essenciais, sendo elas, o conjunto de medidas e acções que visam o controlo e a diminuição da despesa corrente, que é feito de diversas formas resultando uma diminuição das despesas correntes de cerca 4% e outra grande linha é a diminuição dos investimentos à sua elegibilidade em termos de Quadro Comunitário de Apoio, QREN. A Câmara tem um conjunto de intervenções que estão no plano e que a Câmara assumiu de forma clara e equívoca, que só são feitas se houver

comparticipação comunitária. O ano de 2011 será um ano importante de concretização do projecto Mercado das Artes, a finalização da ex EN3 entre outros investimentos em curso. Neste contexto, com a receitas reduzidas a Câmara não está a trabalhar para um Orçamento, um plano, pois são instrumentos dos quais têm de ser analisados como formas de potenciar “janelas” de oportunidade para o concelho. Mencionou que não tem vergonha de ter uma baixa percentagem de execução; -----

= O Senhor Deputado **Ricardo Honório**, coordenador substituto da Comissão permanente para as áreas de Urbanismo, Ambiente, trânsito, comunicações, Economia, Administração e Finanças leu um parecer da Comissão sobre os Documentos Previsionais de Gestão para 2011. **(vide anexo 7)**; -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara afim de esclarecer a Comissão Permanente: -----

- **Caracterização das despesas e encargos do Município com o Centro de Negócios de Vila Nova da Barquinha**, existe uma área em que a Câmara consegue a comparticipação dos empresários na gestão do espaço. Há uma organização que não pode ser mais pequena do que é, pois todo o trabalho é feito único e exclusivamente por uma avençado, Senhor Nuno Gameiro, com um valor anual de 15 mil euros, mais cerca de 1.000 euros para o Auditor Externo e por último há um conjunto de prestação de serviços como a segurança, espaços verdes. Informou que o Contrato Programa ainda não foi activado e que até Setembro 2010 a Câmara Municipal não tinha transferido verba para o Centro Negócios, daí este não ter resultados positivos; -----

- **Modelo de Gestão e do protocolo celebrado com a Escola Municipal de Futebol de Vila Nova da Barquinha**, foi uma oportunidade que durante anos o concelho não teve e que neste momento tem cerca 90 alunos, do qual pagam uma mensalidade. O valor da receita por mês ronda dos 400 euros, valor esse que dá para pagar aos professores; -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados afim de solicitarem os seguintes esclarecimentos: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** mencionou que a Comissão permanente reuniu dia 22 de Novembro e que até à presente leitura do parecer, não tinha sido facultada aos membros da Comissão a acta da referida reunião. No mesmo parecer foi mencionado o parecer da Fiscal Único, quando

este não foi tratado em reunião. Mencionou que em 8 anos duplicou-se o número de trabalhadores, o que há anos atrás valorizava-se o facto de baixar o número de funcionários. Por último, salientou que o seu parecer na reunião da comissão permanente quanto aos documentos previsionais é favorável só que os números poderiam descer mais. Mencionou as despesas do executivo municipal, 1.184.645,86 euros, cerca de 18,16% da despesa, que só é ultrapassado pela Divisão Municipal de Desenvolvimento Social, com 18,69%. As despesas correntes na saúde e na solidariedade social são de 3,3% e para a juventude 0,15%; -----

- Salientou que a receita da CPCJ é de 8 mil, quando está previsto 20 mil euros. -----

- Questionou a que se deve o valor da receita para desfavorecidos e carenciados uma vez que o senhor Presidente da Câmara referiu que não os há no concelho; -----

- De igual modo questionou se todos os lotes do Centro de Negócios foram vendidos depois da constituição da empresa e que não havia a necessidade da sua constituição com o quadro de pessoal que a Câmara Municipal tem, era menos uma despesa para o Município; -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** mencionou os seguintes factos: ----

- As despesas correntes diminuirão 07% com pessoal e 5% em bens e serviços. As despesas de capital reduziram cerca de 2 milhões. Há uma diminuição das receitas, pois há um corte do estado nas transferências cerca de 5%, daí o orçamento da Câmara acomodar-se à realidade o que para a Câmara é complicado com alguns projectos que têm. Estranha a afirmação do presidente quando informou que se algum projecto não se realizar por falta de fundos comunitários não há problema, pois sempre foram projectos pelo qual lutou e que deveria na altura que são discutidos ouvir todas as opiniões; -----

= O Senhor Deputado **António Pereira** mencionou que deveria ter acesso ao parecer da comissão permanente antes da Assembleia, pois tem dúvidas que o que se tratou esteja mencionado no parecer. Na sua opinião o orçamento no que respeita às receitas não é rigoroso na medida em que a execução orçamental não vai além de 39%, são só para cobrir as despesas. Em relação às transferências de 353 mil euros para instituições culturais, desportivas e sociais e 9 mil euros para apoios complementares a carenciados, questionou

a quem se destina os 9 mil euros, por quem são é distribuídas, se pela câmara ou por outras estruturas, no caso de não haver estruturas quais são as entidades que vão beneficiar do referido apoio; -----

= O Senhor Deputado **Inocêncio Cruz** mencionou que concorda com as intervenções dos anteriores deputados. Solicitou à Câmara que dos inúmeros investimentos mencionados no Orçamento, que estão pendentes do apoio dos fundos comunitários têm de haver prioridades. Solicitou que se analisasse as transferências para a Sociedade Parque Almourol. Salientou que o ano 2011 vai ser um ano difícil. mas espera que a Câmara Municipal seja verdadeira, frontal e ao tomar medidas seja rigorosa na execução. Mencionou que a parte social não pode ficar de lado, é uma situação que deve prevalecer no nosso concelho. Questionou a que se deve a venda de bens de investimento no valor de 13.753.912 euros; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Tavares** mencionou que a gestão das pessoas que falam é feita de uma determinada estratégia ficando sempre para último os deputados do PS. Referiu que o orçamento apresentado é parecido com o dos anos anteriores e o Senhor Presidente sabe que algumas das situações apresentadas, nomeadamente os projectos para o QREN, dificilmente vão ser comparticipados, devido à conjuntura nacional. A Câmara apresentou diversos projectos assim como as outras Câmaras, o que tornam centenas, e que bem vistas as coisas não há dinheiro para todos, e dada a baixa percentagem de candidaturas da Barquinha, certamente não será nenhuma contemplada. Salientou o facto do Senhor Presidente da Câmara dizer que se não forem contempladas não faz mal, pois assim não tem de se individar mais. Mencionou que o Centro de Negócios não é um investimento viável, pois são poucas as empresas, as Piscinas Municipais é uma percentagem pequena que as utiliza, o Centro Escolar os gastos que vão ser necessários para o pôr a funcionar. A Câmara deveria pensar numa estratégia de emagrecimento de algumas despesas pois não pode continuar assim, se não daqui a uns anos quem sofre são os funcionários; -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** mencionou que esteve presente na reunião da Comissão Permanente e como é obvio esta dá um parecer, seja ele favorável ou desfavorável, logo, se o parecer foi maioritariamente favorável é feita a fundamentação mediante esse parecer, daí os senhores deputados que

votam desfavoravelmente apresentarem declarações de voto do parecer desfavorável. Mencionou que a anos atrás o PSD mencionava que o concelho precisava de uma zona industrial e que presentemente referem que o Centro de Negócios não é uma situação viável para o concelho. Salientou que outrora votara contra o Centro de Negócios ser uma sociedade anónima mas votou favoravelmente ser uma empresa municipal e que tem esperança que haja viabilidade, que o capital venha a ser subscrito por outras empresas que venham a ser instaladas e que futuramente as despesas possam a vir ser suportadas pela própria empresa em vez de ser pelo Município; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** mencionou que o Senhor Deputado Paulo Constantino brinca com as palavras e que em relação à comissão permanente está tudo esclarecido e que no seu entender a acta da comissão antes de ser entregue na Assembleia Municipal deve ser entregue aos membros que compõem a comissão, o que foi isso que o Senhor Deputado Paulo Constantino deturpou; -----

Neste momento foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- Relativamente à intervenção do Senhor Eduardo de Oliveira e como vereador que foi, admira-se o facto de não saber o porquê das alterações, pois sabe-se que a duplicação de funcionários deve-se ao facto das transferências para as Autarquias, nomeadamente no que se refere aos funcionários das escolas. Quanto aos valores para o executivo de 1 milhão de euros, o Senhor Deputado poderia perguntar à Chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças que esteve presente na reunião da comissão e saberia que no executivo estão enquadrados os funcionários do quadro, os avançados, os estagiários do PEPAL, a segurança social da Câmara, aquisição de bens e serviços, quotas das associações, IVA, entre outros. Informou que há rigor quando as despesas de pessoal estão controladas como a Câmara têm, e nas despesas correntes pode-se ver a execução e a previsão, a Câmara tem deslizamento nas oportunidades em termos de investimento, pois a Câmara tem tanto como algumas cidades com 40 mil habitantes. Salientou que é rigor quando uma obra só começa se houver dinheiro, caso contrário a Câmara não inicia as obras. -----

Quanto à empresa municipal mencionou que à uma mistura de opiniões, pois

esta nem sequer tem funcionários, simplesmente um avençado que faz o trabalho todo, como atender investidores, apresentação do projecto parque empresarial, entre outros e as poucas empresas sediadas no parque representam mais dos que as restantes empresas no concelho. -----

-Em relação às prioridades da Câmara referiu os investimentos do Lar e Centro de Dias das Madeiras e o Pavilhão Desportivo, referiu que se estão mencionadas é porque são importantes, a verba para os investimentos não vem do mesmo sítio, a nível social sairá do POPH, o Castelo de Almourol no âmbito do PRODER, saneamento de outro, pavilhão desportivo de outro. De todos os investimentos mencionados no orçamento, todos são importantes, só que só serão realizadas caso haja apoios. -----

-----Relativamente ao Parque Almourol a verba prevista é a possibilidade de no âmbito do PRODER, 20% a 30% do investimento, seja na área de material, daí a Câmara estar a candidatar-se na área da promoção, como exemplo o Barquinha Non Stop. -----

O PROHABITA é um processo que esteve parado por motivos alheios à Câmara Municipal, quer pela demora na realização do contrato quer pela posterior aprovação do Tribunal de Contas; -----

Em relação à criação de emprego no Centro de Negócios, a prioridade é a criação de postos de trabalho para pessoas do concelho, mas no entanto muitas são as vezes que não se encontram pessoas do concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou o Senhor Presidente da Câmara do seguinte: -----

- Se as autorizações que a Assembleia deu para os empréstimos não caem com a queda do Orçamento, do qual obteve como resposta que não se podia prêver os empréstimos no orçamento antes pelo contrário não se pode prêver no orçamento os empréstimos que se vão contrair; -----

Em relação aos 9 mil euros da parte social, diz respeito a uma previsão que pode ser distribuído por várias instituições, não estando ainda decididas quais e ainda não há deliberação para tal. A Câmara tem um regulamento que permite subsidiar não apenas instituições mas também pessoas em concreto. Houve casos em que se dá apoio monetário, espécies ou até já houve deliberações do qual se dá apoio nas refeições escolares; -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** pediu a palavra para expôr o seguinte: -----

- Em relação às declarações do Senhor Presidente não foi nesse o sentido que o disse e que com a sua própria intervenção permitiu ao Senhor Presidente esclarecer o valor no orçamento em relação ao executivo camarário, que era um valor que o Senhor Presidente deveria ter esclarecido logo de início; -----

----- Tendo sido colocada à votação a aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2011 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, este foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, António Pereira, Paulo Tavares e Valter Caldeira do PSD e João Filipe Ricardo e Maria José Martinho da CDU e 13 votos a favor Senhores Deputados Rui Picciochi, Aníbal Júlio Rodrigues, João Gralha, Paulo Constantino, José Maria Chambel Esteves, Inocêncio Cruz, Ricardo Honório, Adriano Figueiredo, António Constantino, Manuel João Silva, Júlio Barata, Paulo Lopes e Manuel Cardoso do PS. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário

Lista de Anexos

- Anexo n°1 Texto apresentado pela Senhora Deputada Maria José Martinho - Greve Geral.
- Anexo n°2 Declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado António Pereira - Orçamento de Estado para 2011.
- Anexo n°3 Lista de Expediente.
- Anexo n°4 Parecer da Comissão Permanente para as áreas de Urbanismo, Ambiente, trânsito, comunicações, Economia, Administração e Finanças – Moção do Senhor Deputado Manuel João Silva – Ponte de Constância/Praia do Ribatejo.
- Anexo n°5 Parecer da Comissão Permanente para as áreas de Urbanismo, Ambiente, trânsito, comunicações, Economia, Administração e Finanças – Estudos de caracterização do PDM (Plano Director Municipal) do Município de Vila Nova da Barquinha.
- Anexo n°6 Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara.
- Anexo n°7 Parecer da Comissão Permanente para as áreas de Urbanismo, Ambiente, trânsito, comunicações, Economia, Administração e Finanças – Documentos Previsionais para 2011.